

Relatório e **contas**

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.

12

O Relatório e Contas da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. foram aprovados em Assembleia-geral de 23 de Abril de 2013

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

Sede - Fundoa de Baixo – São Roque

9020 - 242 FUNCHAL

Sociedade Anónima - Matriculada na Conservatória do Registo
Comercial do Funchal, sob o nº 01016/40.05.08

Pessoa Coletiva nº 511 007 116

Capital Social - 5.000.000,00 Euros

Capital Próprio – 1.287.011,94 Euros

Índice

Órgãos Sociais	9
Relatório de Gestão	11
Contas do Exercício	26

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

1 Nota Introdutória.....	31
1.1 Identificação da Entidade	31
1.1.1 Designação da Entidade	31
1.1.2 Sede	31
1.1.3 Designação da empresa mãe.....	31
1.1.4 Sede da empresa mãe	32
2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações financeiras	32
2.1 Disposições gerais	32
2.2 Derrogações às disposições do SNC	32
2.3 Comparabilidade com o ano anterior	32
3 Principais políticas contabilísticas	33
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:	33
3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes.....	33
3.3 Principais estimativas e julgamentos.....	41
3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro	42
3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas	43
4 Fluxos de caixa	43
5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	43
6 Ativos fixos tangíveis	44
7 Acionistas/sócios.....	45
8 Outros activos financeiros.....	45
9 Impostos sobre o rendimento	45
10 Clientes	47
11 Estado e outros entes público.....	48
12 Outras contas a receber	48
13 Diferimentos	49
14 Capital realizado	49
15 Reservas legais.....	50
16 Resultados transitados.....	50
17 Outras variações no capital próprio.....	50
18 Financiamentos obtidos.....	50
19 Outras contas a pagar	51
20 Fornecedores.....	51

21	Vendas e serviços prestados	52
22	Subsídios à exploração.....	53
23	Fornecimentos e serviços externos.....	54
24	Gastos com o pessoal	55
25	Outros rendimentos e ganhos.....	56
26	Outros gastos e perdas	57
27	Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	58
28	Juros e gastos similares suportados.....	58
29	Divulgações de partes relacionadas	59
30	Acontecimentos após a data de balanço.....	60
31	Outras informações	60
31.1	Empréstimos e Garantias Bancárias	60
31.2	Anexo ao relatório do conselho de administração.....	61
	Certificação Legal de Contas.....	63
	Relatório e Parecer do Fiscal Único	65

Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE João Heliodoro da Silva Dantas

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

VOGAL João Alcindo de Freitas

VOGAL António José Jardim Faria

FISCAL ÚNICO

EFFECTIVO KPMG & Associados S.R.O.C. 109
Rep. por João Albino Cordeiro Augusto – (Roc. 632)

SUPLENTE Adelaide Maria Viegas Clare Neves – (Roc. 862)

Relatório de Gestão

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vem o Conselho de Administração da sociedade Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (SG), submeter à acionista a apreciação e aprovação do Relatório e Contas respeitante à atividade desenvolvida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

APRESENTAÇÃO

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., é uma sociedade comercial por ações de natureza privada. Dedicar-se ao transporte coletivo de passageiros (carreiras interurbanas da Camacha, Santo António da Serra, Curral das Freiras, São Roque do Faial, Faial, Santana, São Jorge, Arco de São Jorge, bem como entre Santana e Porto da Cruz e entre Santana e Arco de São Jorge) e ao aluguer de autocarros com condutor, nomeadamente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF). Esta sociedade, comercial por ações, igualmente de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros.

ENQUADRAMENTO GERAL

A SG no sector interurbano está implantada no mercado como uma empresa orientada para servir o cliente com qualidade e segurança. Na área da sua atuação prima pelas infraestruturas utilizadas, material circulante, recursos humanos, informação fornecida de apoio ao cliente e responsabilidade do serviço social que presta.

A SG continua a assumir a sua responsabilidade, como empresa pública e social que atua na área da mobilidade através das carreiras interurbanas de transporte de passageiros que lhe estão concessionadas, contribuindo para o desenvolvimento das populações nas zonas da sua atuação, utilizando os seus próprios recursos e ajustando a sua atividade às necessidades do mercado, de modo a aumentar a sua eficiência e qualidade diária.

A economia da Madeira depende, em grande parte, do sector do Turismo. De modo a atrair mais visitantes, as várias entidades regionais empenharam-se em criar vários cartazes turísticos apelativos à procura, com programas ricos em manifestações de carácter cultural, etnográfico e artístico. Deste modo, a SG, através da sua atividade, contribui para a eficiente mobilidade de todos os que procuram o destino Madeira aquando daquelas manifestações, para além dos serviços que presta no decorrer da sua própria atividade.

ACTIVIDADE

A descida da procura continua a verificar-se de forma significativa, reflexo do momento conjuntural que atravessamos, tanto a nível Regional, Nacional, Europeu e até mesmo Mundial.

Portugal solicitou em 2011 assistência financeira internacional, e a Região Autónoma da Madeira também solicitou ajuda financeira à República. Para garantir o seu financiamento foi criado um Plano de Assistência Económica e Financeira para ser aplicado ao longo de vários anos. Para seu cumprimento, foram impostas medidas de austeridade e reformas estruturais de modo a controlar o desequilíbrio das finanças públicas. Como resultado registou-se uma grande retração da economia, redução do rendimento das famílias e elevadas taxas de desemprego, realidade esta, que contribuiu fortemente para uma descida da mobilidade das populações, logo afetando a atividade da empresa.

O Plano acima referido, tem como objetivo contribuir para o equilíbrio da situação económica e financeira das empresas participadas com Capitais Públicos, impõe entre outras medidas, reduções drásticas nas despesas, corte nas indemnizações compensatórias e aumentos no tarifário. Consequentemente reduziram-se alguns gastos, nomeadamente com o pessoal, mas no seu todo, as medidas impostas, não tiveram os reflexos pretendidos no objetivo do Plano, pelos seguintes factos:

- O aumento do custo litro/gasóleo, custo incontrolável e não refletido no tarifário, tendo implicações diretas no aumento dos gastos da empresa;
- O aumento do tarifário, na ordem dos 15% em 2012, provocou uma redução significativa da procura, refletindo-se numa evolução da receita de apenas 3,91%;
- O aumento da Taxa do IVA dos nossos serviços, em 1%, contribuiu também negativamente nos nossos proveitos, já que o mesmo foi absorvido pelas receitas;
- A redução das indemnizações compensatórias dos anos de 2010, 2011 e 2012 em 43 mil, 41 mil e 122 mil euros, respetivamente, influenciou diretamente a receita, contribuindo para o desequilíbrio económico e financeiro da empresa;
- Os custos com a reparação e a manutenção da frota, aumentaram 1,1%, não se conseguindo uma redução no presente exercício, em virtude da inflação e do aumento da idade da frota.

A SG com a finalidade de reduzir custos readaptou a oferta à procura, reajustou alguns horários, e suprimiu viagens.

Em termos operacionais a atividade decorreu com normalidade.

SERVIÇO CARREIRAS INTERURBANAS

A exploração do serviço decorreu com normalidade, não se registando aspetos de relevo que provocassem perturbações, tanto no âmbito operacional como no comercial.

OFERTA

Manteve-se a extensão da rede simples em 232 km.

O total de Km percorridos foi de 1 565 346 km, menos 58 503 (3,6%) que no ano anterior (1.623.849 km).

Foram realizadas 59 022 viagens, menos 1 657 que no ano anterior.

Todos os principais indicadores de oferta baixaram, conforme é demonstrado no quadro seguinte:

Indicadores	2011	2012	Quant.	%
Km Úteis	1.470.844	1.425.223	-45.621	-3,10%
Km em vazio	153.005	140.123	-12.882	-8,42%
Total Km	1.623.849	1.565.346	-58.503	-3,60%
% Km Vazios	9,4	9,0	-0,4	-4,26%
L.M.	60	60	0	0,00%
L.K.O.	88.250.657	85.513.390	-2.737.267	-3,10%
Viagens realizadas	60.679	59.022	-1.657	-2,73%
Velocidade Média (Km)	25	25	0	0,00%

PROCURA

O número de passageiros transportados, 1 585 943 regista uma descida de 7,95%., menos 137 mil passageiros que no ano anterior.

A queda na procura verifica-se em todos os principais destinos, Camacha, Santo da Serra, Curral das Freiras, Ribeiro Frio, Poiso e Santana.

Os principais motivos, da baixa da procura, são atribuídos à crise económica, à elevada taxa de desemprego, à emigração, à redução do número de turistas que utilizaram o transporte em autocarro nas deslocações pela Ilha e ao aumento do tarifário.

Aferido o número de passageiros transportados, a procura caracterizou-se da seguinte forma:

- Bilhetes 36,6 %;
- Passe Social 34,2 %;
- Passe Estudante 25,3 %;
- Passe Social Sénior/Pensionista 3,9%.

A descida na procura refletiu-se na quantidade de todos os títulos vendidos, assumindo particular relevância nos seguintes:

- Bilhetes -13,5%;
- Passe Social -9,1%;
- Passe Estudante -2,6%.

No quadro seguinte estão resumidos, comparativamente com o ano anterior, os principais indicadores da procura, no serviço regular das carreiras:

Indicadores	2011	2012	Quant.	%
Passageiros transportados	1.722.983	1.585.943	-137.040	-7,95%
Percurso médio	19	19	0	0,00%
Passageiro/km transportado	32.116.549	29.562.021	-2.554.528	-7,95%
Taxa de Ocupação	36,40	34,60	-1,80	-4,95%

FISCALIZAÇÃO

Foram fiscalizadas 8.379 viagens, o que corresponde a 14,2% do total das viagens realizadas.

O total de passageiros fiscalizados foi de 143.700, o que representa 9 % do total dos passageiros transportados.

Foram detetadas apenas 4 infrações, o mesmo número que no ano anterior.

PARAGENS

Os trabalhos de manutenção da rede de paragens decorreram com normalidade e com especial atenção à restauração de suportes e placas de paragem, com o objetivo de manter a boa imagem da sinalética nos pontos de paragem, importante para o decurso normal do serviço e referência para os clientes e pessoal de tráfego.

SERVIÇO DE ALUGUER/TURISMO**OFERTA**

A atividade operacional do serviço de turismo, desenvolveu-se com normalidade. No entanto a atual conjuntura sócio – económica Mundial, que condiciona este sector, influenciou os resultados da empresa.

O material circulante tem uma idade desajustada a este tipo de serviço o que para além de ser uma desvantagem face concorrência tem reflexos negativos na imobilização e nos custos da manutenção.

Nos indicadores da oferta realça-se o decréscimo de 1.103 serviços realizados.

O quadro seguinte resume os principais indicadores da oferta, nos serviços com Agências:

Indicadores	2011	2012	Quant.	%
Veículo/Km (total)	449.337	379.282	-70.055	-15,59
Lotação média	46	47	1	2,17
Lugares Km oferecidos	16.893.014	14.645.066	-2.247.948	-13,31
Serviços realizados	7.240	6.137	-1.103	-15,23
Frota (unidades)	43	42	-1	-2,33

A frota disponível, manteve a tipologia de 53 e 24 lugares, num total de 42 unidades.

PROCURA

Pelos mesmos motivos já anteriormente referido, no serviço de Turismo também se registou uma diminuição da procura em relação ao ano anterior, sendo abaixo descritas as principais razões:

- Nos circuitos tabelados, serviço para as agências de viagens, a perda de um serviço regular de um navio de cruzeiros que era solicitado por um dos nossos clientes;
- Nos alugueres ocasionais, a redução dos rendimentos familiares e a precária situação financeira das instituições e organismos com dependência do estado, nomeadamente as ligadas ao desporto e lazer, assim como as escolas, fez com que fosse reduzido o número de serviços requisitados, sendo o mais representativo a festa do desporto escolar.

Os clientes que proporcionaram maior volume de faturação foram as agências de viagens Blandy e J. M. Ferraz.

MERCADO

A SG está no mercado com um posicionamento orientado pela qualidade e transparência comercial, enquanto alguma concorrência tem optado pela estratégia do preço mais baixo. Esta estratégia da concorrência leva a que a SG perca poder negocial no que concerne ao preço de venda dos seus serviços.

O material circulante, viaturas, embora ainda com uma imagem aceitável já demonstra estar desatualizado e com uma média de idade também elevada, face às modernas marcas que alguma concorrência apresenta. Este facto pode vir a pesar na SG, aquando da apresentação de propostas de fornecimento de serviços para determinadas agências de viagens.

RECURSOS HUMANOS

O quadro de funcionários da SG estabilizou ao longo dos últimos anos, embora neste exercício houvesse uma redução de 5 trabalhadores e sem qualquer admissão.

Os principais indicadores dos recursos humanos são os seguintes:

Indicador	2011	2012
Nº Funcionários	76	71
Taxa de contratos a termo	9,2%	9,9%
Saídas	3	5
Entradas	0	0
Faltas (em nº horas)	3.044	3.326
Taxa Trab. Suplementar	17,5%	12,9%
Formação		
Cursos	3	15
Formandos	20	50
Horas formação	333	1.112
Exames médicos periodicos	51	17
Exames médicos ocasionais	93	90
Acidentes de trabalho	0	1
Álcool testes	2.290	2.297
Testes positivos	1	1

FROTA E MANUTENÇÃO

A SG terminou o ano com 101 autocarros, o mesmo número que no ano anterior. Foi transferida uma viatura do serviço de turismo para o serviço interurbano, ficando com 59 no serviço Interurbano e 42 no Turismo, distribuídas pelas seguintes marcas:

Marca	S. Interurbano	S. Turismo	Total	%
Scania	12	10	22	21,78%
Volvo	47	20	67	66,34%
Daf		3	3	2,97%
Toyota		9	9	8,91%
Total	59	42	101	100%

A Idade Média das viaturas é a seguinte:

- Serviço interurbano – 24,1 anos;
- Serviço de turismo – 12,7 anos.

As oficinas da HF asseguram a manutenção das frotas da SG, destacando-se as seguintes intervenções:

- Pintura geral - Foi transferida 1 viaturas do serviço de turismo para o interurbano, efetuando-se apenas a pintura geral;
- Reconstrução – Não foi efetuada qualquer reconstrução em viaturas;
- Manutenção Preventiva - A fim de serem prevenidas futuras avarias, são realizadas anualmente revisões em todas as viaturas. Foram efetuadas 310 revisões nas viaturas SG, mais 23 que no ano anterior;
- Inspeções periódicas - Foram realizadas 187 inspeções periódicas às viaturas, menos 18 que no ano anterior.

Custo/km - O custo km por viatura, manutenção e combustíveis, foi de 1,17 euros, para as viaturas afetas ao serviço de turismo e de 1,24 euros para as do serviço interurbano.

A média de consumo de combustível para o serviço interurbano desceu em 0,85% em relação ao ano anterior e situa-se em 58 L/100 km. No serviço de turismo, em 2011, foi de 47,8 L/100km, em 2012 sobe para 48,1 litros.

AMBIENTE

A SG está firmemente comprometida com a conservação e proteção ambiental, desenvolvendo um esforço para minimizar os impactes decorrentes da sua atividade, quer a nível de emissões de poluentes, quer a nível de consumos de recursos naturais.

A nossa política ambiental passa pelos seguintes parâmetros:

- Apoiar e respeitar os requisitos da atual legislação;
- Operar e manter as viaturas da empresa tendo em conta questões ambientais;
- Definir e planear os serviços de forma a minimizar os consumos energéticos sem que este afete o produto final;
- Adoção de tecnologias menos poluentes, nomeadamente nos sistemas de propulsão das viaturas sempre que exista uma alternativa viável;
- Minimizar a produção de resíduos, através da redução e de um processo de recolha que permita a reciclagem da maior parte dos resíduos produzidos;
- Minimizar os consumos de eletricidade e de água nos edifícios e nos processos de manutenção, nomeadamente na lavagem das viaturas.

Diminuir o impacto decorrente do nosso negócio e melhorar o desempenho ambiental faz parte da cultura e estratégia da SG.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA**ESTRUTURA DOS CUSTOS E PROVEITOS**

	S. Interurbano	S. Turismo	Total
<i>Gastos e perdas</i>			
Gastos pessoal	1.160.325,21	261.017,24	1.421.342,45
Forn. Serv. Externos-Combustíveis	955.453,31	226.989,87	1.182.443,18
Forn. serv. Externos-Outros	1.232.689,30	564.235,42	1.796.924,72
Gastos dep. Amortizações	102.488,57	51.960,44	154.449,01
Gastos e perdas financiamento	18.844,83	18.844,83	37.689,66
Restantes gastos e perdas	274.801,72	69.211,44	344.013,16
	3.744.602,94	1.192.259,24	4.936.862,18
<i>Rendimentos e ganhos</i>			
Prestação de serviços	2.493.662,37	1.081.893,89	3.575.556,26
Ind. Compensatória-ent.públicas	660.729,92	0,00	660.729,92
Restantes rend. e ganhos	21.631,59	20.958,17	42.589,75
	3.176.023,88	1.102.852,06	4.278.875,93
<i>Resultados antes impostos</i>	-568.579,07	-89.407,19	-657.986,25

Demonstração do Resultado por Km percorrido

Gastos e Perdas	Interurbana	Turismo
Custos Exploração / Km	2,42	2,91
Outros Custos / Km	0,21	0,23
Total de Custos / Km	2,63	3,14
Rendimentos e Ganhos	Interurbana	Turismo
Proveitos de Exploração / Km	2,21	2,85
Outros Proveitos / Km	0,02	0,06
Total de Proveitos / Km	2,23	2,91
Resultado / Km	-0,40	-0,23

Demonstração do Resultado por Passageiro Transportado

Gastos e Perdas	Interurbana	Turismo
Custos Exploração / Passageiro	2,18	2,41
Outros Custos / Passageiro	0,18	0,20
Total de Custos / Passageiro	2,36	2,61
Rendimentos e Ganhos	Interurbana	Turismo
Proveitos de Exploração / Passageiro	1,99	2,36
Outros Proveitos / Passageiro	0,01	0,05
Total de Proveitos / Passageiro	2,00	2,41
Resultado / Passageiro	-0,36	-0,20

O resultado líquido deste exercício é negativo em 657.849,80 euros.

Atendendo aos resultados negativos não foi estimado qualquer valor de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Os impostos diferidos totalizaram 136,45 euros, o que correspondem ao valor apresentado nas demonstrações financeiras.

Os dois serviços que compõem a atividade da SG apresentam os seguintes Resultados antes de impostos:

- O do Interurbano um resultado negativo de 569 mil euros superior ao ano anterior em 281 mil euros, ou seja, 289 mil euros em 2011;
- O do Turismo um resultado negativo de 89 mil euros, quando em 2011 apresentou um lucro de 17 mil euros.

O resultado deste exercício apresenta um prejuízo superior ao do ano anterior em 386 mil euros.

Abaixo apresentam-se as variações mais significativas das rubricas da demonstração dos resultados, comparativamente ao exercício anterior:

Gastos

Reduções

- Nos gastos com o pessoal em 214 mil euros, sendo os mais significativos: uma descida nas remunerações em 22 mil euros, nas ajudas de custo em 21 mil euros, no subsídio de natal em 60 mil euros, no subsídio de férias em 13 mil euros, atendendo ao corte destes subsídios por imposição legal, nas horas extras em 52 mil euros e nos respetivos encargos em 38 mil euros.

Aumentos

- Nos fornecimentos e serviços externos em 44 mil euros. Esta rubrica contempla aumentos e reduções, sendo os mais significativos, conforme abaixo se discrimina:

- **Aumentos**

Na conservação e reparação de viaturas 46 mil euros, nos subcontratos, 25 mil euros e nos trabalhos especializados (alteração de software da bilhética), 20 mil euros.

- **Reduções**

Nos serviços de lavagem 23 mil euros e no gasóleo 18 mil euros. A variação do gasóleo não se deveu ao valor unitário de compra, pois aumentou numa média de 0,06 euros/ litro, mas sim à redução do número de Km percorridos, resultando assim, numa diminuição de 86 mil litros consumidos. De notar que se o preço unitário de aquisição não tivesse aumentado a SG teria uma poupança de 70 mil euros, em vez dos 18 mil euros acima referidos.

- Nos gastos e perdas em 68 mil euros e refere-se essencialmente à redução da Indemnização Compensatória do ano de 2011 em 54 mil euros e de 17 mil euros referente aos abates de órgãos de substituição de viaturas;
- Nos gastos de depreciação e amortização em 16 mil euros, refere-se à substituição de órgãos nas viaturas;
- Nas imparidades de dívidas a receber em 206 mil euros. No ano anterior efetuamos ajustamentos no montante de 37 mil euros e neste exercício de 243 mil euros, refere-se essencialmente ao ajustamento em outros devedores e credores, referente à dívida das Indemnizações Compensatórias de 2010 e 2011, pelo método do custo amortizado, atendendo que vão ser liquidadas até o fim do ano de 2016;
- Nos Juros e gastos similares, em 6 mil euros, refere-se à alteração do spread aquando da prorrogação do vencimento do empréstimo existente na Caixa Geral de Depósitos, adiantamento da indemnização compensatória de 2008.

Rendimentos

Aumentos

- Não foram registados valores relevantes para divulgação.

Reduções

- Na prestação de serviços em 50 mil euros que representa 1,37%, devendo-se a dois fatores:
 - No serviço interurbano, os bilhetes registam uma redução nas quantidades em cerca de 90 mil títulos e uma redução no valor de 7 mil euros, -0,54%. Nos passes verifica-se também uma redução de 1.200 títulos mas um aumento em valor de 100 mil euros, 8,91%. O aumento médio do tarifário foi de 15%;
 - No serviço de turismo - verificou-se uma redução de 144 mil euros, essencialmente explicada pelo decréscimo nos circuitos tabelados 27 mil euros, representando menos 3% que o ano anterior e de 104 mil euros nos outros serviços, menos 27%. Estas variações refletem bem as quebras da procura já anteriormente referido.
- Nos subsídios à exploração, em 125 mil euros referente à redução da Indemnização Compensatória do ano de 2012. No entanto, por aplicação do disposto no protocolo assinado em Novembro de 2012, a perda apurada é de 154 mil euros;
- Nos outros rendimentos e ganhos, no valor de 89 mil euros, refere-se essencialmente à indemnização compensatória do ano de 2010 corrigida em 2011, sem reflexos neste exercício.

Nas restantes rubricas de gastos e rendimentos não existe nada de relevo a divulgar.

Principais indicadores económico - financeiros

DESCRIÇÃO	2012	2011	Variação
Activo não corrente	1.740.693,20	526.369,71	230,70%
Activo corrente	2.190.003,42	2.985.260,11	-26,64%
Diferimentos activos	46.636,26	10.330,07	351,46%
Caixa e depósitos bancários	70.725,44	43.763,01	61,61%
Total do activo	3.930.696,62	3.511.629,82	11,93%
Capital realizado	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00%
Capital próprio	1.287.011,94	1.945.543,97	-33,85%
Passivo	2.643.684,68	1.566.085,85	68,81%
Diferimentos passivos	48.571,18	53.694,18	-9,54%
Vendas Prestações de serviços	3.575.556,26	3.625.333,51	-1,37%
Resultados operacionais	-622.078,17	-242.450,95	156,58%
Resultados antes de impostos	-657.986,25	-272.295,48	141,64%
Imposto s/ o rend. do exercício	136,45	120,85	12,91%
Resultado líquido do exercício	-657.849,80	-272.174,63	141,70%

INVESTIMENTO

Neste exercício, não foi efetuado qualquer investimento além da reconstrução de órgãos de substituição de viaturas no montante 227 mil euros.

DESINVESTIMENTO

Procedeu-se somente ao abate de alguns órgãos de viaturas, tendo sido substituídos por outros reparados, no montante de 654 mil euros.

CAPITAL PRÓPRIO

O Capital Próprio, tal qual no ano anterior, encontra-se abaixo de 50% do valor do seu Capital Social, situação que nos termos do art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais, implica a informação do CA, propondo à Assembleia Geral que devem ser tomadas medidas tendentes à reposição do valor dos capitais próprios para níveis adequados.

FINANCIAMENTO

Não foi necessário recorrer a qualquer financiamento.

PERSPECTIVAS FUTURAS

As medidas impostas pelo Governo, através dos diversos diplomas publicados e a publicar, vem impor às empresas públicas e equiparadas medidas severas na contenção de custos e de endividamento. Destaca-se destas medidas, em 2011,2012 e 2013 a redução dos custos em 15%, relativamente a 2009, o corte nos subsídios de Férias e de Natal em 2010 e 2011, o aumento do tarifário, a redução dos subsídios à exploração, o não investimento em ativos, a não contração de novos empréstimos e a redução de dívidas comerciais de modo que a sua antiguidade seja inferior a 90 dias.

Já para 2013, foi autorizado o pagamento do subsídio de Natal.

Existe a possibilidade de alienação da SG, de acordo com o PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) da Região Autónoma da Madeira, o qual prevê expressamente a privatização da HF – acionista única da SG. Prevê-se que esta medida seja concretizada até 31/12/2013, desde que todo o processo possa ser concretizado e sejam alcançados os objetivos que se encontram definidos.

Em 2013, não serão efetuados investimentos em viaturas novas. No entanto a SG continuará a apostar num serviço de qualidade, segurança e eficiência, apesar das dificuldades inerentes ao aumento da idade média da frota, como, aliás, já anteriormente referido.

O tarifário em 2013 foi aumentado, em média, em 2,4%, mas tal como em 2012, cujo aumento médio foi de 15%, o que poderia refletir-se em ganhos proporcionais, pelo contrário diminuiu a receita, através da redução da procura. Isto aliado ao agravamento da crise económica e financeira, ao aumento do desemprego e à redução dos apoios sociais, leva à diminuição das receitas diretas da atividade da empresa. Por seu turno, os custos tendem a aumentar, tendo em conta o pagamento em 2013 do subsídio de Natal (13º mês), a inflação, o aumento dos combustíveis e o envelhecimento da frota em mais um ano.

No entanto, a SG vai desenvolver a sua atividade focalizada no cumprimento das medidas acima mencionadas bem como no contínuo ajustamento da oferta à procura, de modo a reduzir Km a percorrer, diminuindo assim os seus custos de exploração.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração é responsável pela elaboração das Contas do Exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.

Na preparação das Contas foram utilizadas políticas contabilísticas e critérios apropriados, consistentes com os anos anteriores e com a legislação em vigor.

As demonstrações financeiras e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos, não tendo sido identificadas distorções materialmente relevantes.

A SG informa que, tal como no ano anterior, encontra-se perdido mais de metade do seu Capital Social, devendo a sua acionista tomar as medidas necessárias para a sua reposição a níveis adequados.

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

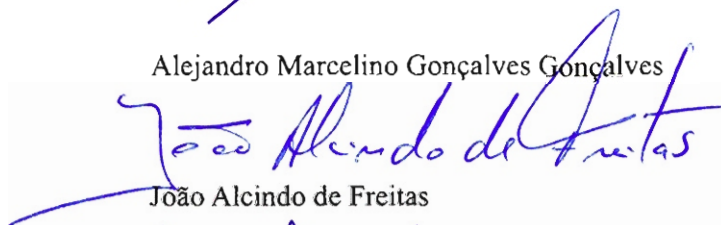
Propomos que o Resultado Líquido do exercício negativo em 657.849,80 euros seja transferido para Resultados Transitados.

Funchal, 20 de Março de 2013

Ø Conselho de Administração



Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Presidente



João Alcindo de Freitas Vogal



António José Jardim Faria Vogal

Contas Do Exercício

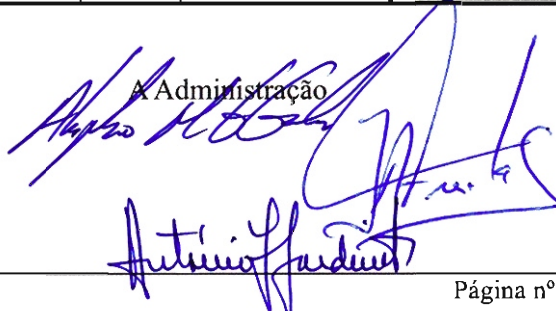
BALANÇO

Rubricas	Notas	Dezembro	
		2012	2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	592.603,61	526.369,71
Outras contas a receber	12	1.148.089,59	0,00
		1.740.693,20	526.369,71
Activo corrente			
Inventários		2.011,59	2.195,22
Clientes	10	543.320,43	503.925,29
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	11	248.728,19	197.784,21
Accionistas / sócios	7	400.395,90	399.066,55
Outras contas a receber	12	878.185,61	1.580.382,92
Diferimentos	13	46.636,26	10.330,07
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros	8		247.812,84
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	70.725,44	43.763,01
		2.190.003,42	2.985.260,11
Total do ACTIVO		3.930.696,62	3.511.629,82
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	14	5.000.000,00	5.000.000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	15	55.883,80	55.883,80
Outras reservas			
Resultados transitados	16	-3.111.118,53	-2.838.807,45
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio	17	96,47	642,25
Resultado líquido do período		-657.849,80	-272.174,63
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		1.287.011,94	1.945.543,97
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	9,16,17	23,10	159,55
Outras contas a pagar			
		23,10	159,55
Passivo Corrente			
Fornecedores	20	1.499.155,04	731.585,06
Adiantamentos de clientes			126,92
Estado e outros entes públicos	11	41.779,78	42.457,76
Accionistas / Sócios			
Financiamentos obtidos	31	458.985,94	458.985,94
Outras contas a pagar	19	595.169,64	279.076,44
Diferimentos	13	48.571,18	53.694,18
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		2.643.661,58	1.565.926,30
Total do Passivo		2.643.684,68	1.566.085,85
Total do Capital Próprio e do Passivo		3.930.696,62	3.511.629,82

O Técnico de Contas



A Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Exercícios	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	21	3.575.556,26	3.625.333,51
Subsídios à exploração	22	661.104,92	785.446,50
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-6.030,43	-7.686,52
Fornecimentos e serviços externos	23	-2.973.337,47	-2.929.521,23
Gastos com pessoal	24	-1.421.342,45	-1.635.371,05
Imparidades de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10,11 e 12	-235.092,96	-36.965,71
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			-2.369,64
Outros rendimentos e ganhos	25	33.897,93	123.667,33
Outros gastos e perdas	26	-102.384,96	-26.762,55
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-467.629,16	-104.229,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 27	-154.449,01	-138.221,59
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-622.078,17	-242.450,95
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	28	-35.908,08	-29.844,53
Resultado antes de impostos		-657.986,25	-272.295,48
Imposto sobre rendimento do período	9	136,45	120,85
Resultado líquido do período		-657.849,80	-272.174,63

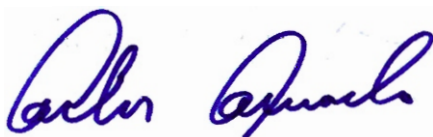
O Técnico de Contas

A Administração

Fluxos de Caixa

ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	2.890.410,29	3.551.169,34
Pagamento a Fornecedores	-2.916.767,58	-3.895.392,98
Pagamentos ao Pessoal	-851.197,28	-1.008.456,42
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-877.554,57	-1.352.680,06
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-5.766,44	-7.384,80
Outros recebimentos / pagamentos	1.000.578,44	1.647.008,98
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	117.257,43	286.944,12
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Activos Fixos Tangíveis	-54.441,56	-118.102,41
Recebimentos de		
Activos Fixos Tangíveis	0,00	
Juros e Rendimentos similares	0,00	12.786,70
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-54.441,56	-105.315,71
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamento Obtidos	0,00	0,00
Pagamentos de		
Financiamento Obtidos	0,00	-250.000,00
Juros e gastos similares	-35.853,44	-25.194,37
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-35.853,44	-275.194,37
Varição de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)	26.962,43	-93.565,96
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	43.763,01	137.328,97
Caixa e seus equivalentes no fim do período	70.725,44	43.763,01

O Técnico de Contas



A. Administração



Demonstração das alterações no capital próprio no período 2011							Valores em euros	
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa					Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
Posição no Início do Período 2011	1	5.000.000,00	55.883,80	(2.289.434,27)	1.188,03	(549.236,73)	2.218.400,83	
Alterações no Período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização exc. Reval. Act. fixos tang. intangíveis								
Exced. rev. Act. fixos tang. e intang. resp. variações								
Reconhecimento de subsídios ao investimento	17			(136,45)	(545,78)			
Ajustamentos por impostos diferidos	16 e 17							
Aplicação do resultado líquido do período	15 e 16			(549.236,73)		549.236,73		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2			(549.373,18)	(545,78)	549.236,73		
Resultado Líquido do Período	3					(272.174,63)	(272.174,63)	
Resultado Extensivo	4-2+3					277.062,10	(272.174,63)	
Operações c/ Detent. capital no Período								
Outras operações	5							
Posição no Fim do Período 2011	6-1+2-3-5	5.000.000,00	55.883,80	(2.838.807,45)	642,25	(272.174,63)	1.945.543,97	

O Técnico Oficial de Contas: *Carlos Apunche* Administração: *António Furtado*

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2012							Valores em euros	
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa					Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
Posição no Início do Período 2012	6	5.000.000,00	55.883,80	(2.838.807,45)	642,25	(272.174,63)	1.945.543,97	
Alterações no Período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de act. fixos tang. e intangíveis								
Excedentes rev. de act. fixos tang. e intang. resp. variações								
Reconhecimento de subsídios ao investimento	16 e 17			(136,45)	(545,78)			
Ajustamentos por impostos diferidos	16			(272.174,63)		272.174,63		
Aplicação do resultado líquido do período	7			(272.311,08)	(545,78)	272.174,63		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
Resultado Líquido do Período	8					(657.849,80)	(657.849,80)	
Resultado Extensivo	9-7+8					(385.675,17)	(385.675,17)	
Operações c/ Detentores capital no Período								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações	10							
Posição no Fim do Período 2012	11-6+7+8+10	5.000.000,00	55.883,80	(3.111.118,53)	96,47	(657.849,80)	1.287.011,94	

O Técnico Oficial de Contas: *Carlos Apunche* Administração: *António Furtado*

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

1 Nota Introdutória

1.1 Identificação da Entidade

1.1.1 Designação da Entidade

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S. A. (SG), é uma sociedade constituída em 10 de Junho de 1939, por escritura pública, exarada de fls. 89, verso, a fls. 90, verso, do livro de notas para escrituras diversas n.º. 17 do notário da Secretaria Notarial do Funchal, Dr. Francisco Alberto Correia Figueira. Em seu tipo – sociedade comercial por acções, natureza – entidade privada, composição - agregação de capitais públicos e está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o n.º.01016/40.05.08, a fls. 151 verso, do livro C-3.º, com o capital social integralmente subscrito e realizado de 5.000.000,00 Euros.

Objecto e finalidade - exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49391 - Transporte interurbano em autocarros), assegura no sector o aluguer de autocarros com condutor, para o turismo (CAE 49392 - Outros transportes terrestres de passageiros, diversos, n.e.).

1.1.2 Sede

A S. G. é a pessoa colectiva n.º. 511 007 116, com sede no Sítio da Fundoa de Baixo, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

1.1.3 Designação da empresa mãe

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, SA (HF), é uma sociedade constituída em 5 de Junho de 1986, por escritura pública, exarada de fls. 36, verso, a fls. 43, verso, do livro de notas para escrituras diversas n.º. 93 do Cartório Privativo do Governo da Região Autónoma da Madeira, em seu tipo - sociedade comercial por acções, natureza - entidade privada, composição - agregação de capitais públicos, objecto e finalidade - exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49310 – Transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros). São seus sócios fundadores e actuais a Região Autónoma da Madeira (95%) e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (5%). Está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o n.º.03441/86.08.28, a fls. 188 verso, do livro C-9.º, com o Capital Social integralmente realizado de 16.500.000,00 Euros.

1.1.4 Sede da empresa mãe

A HF é a pessoa colectiva n.º 511026340, com sede no Sítio da Fundoa de Baixo, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações financeiras

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 20 de Março de 2013 são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2012 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2011.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não Foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, excepção feita aos bens do Equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros, desagregada em componentes) adquiridos até o ano de 1992 que estão acrescidos das reavaliações efectuadas ao abrigo dos Decretos-Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As reparações que prolonguem a vida útil e económica dos bens do activo fixo tangível, são contabilizadas pelo custo de aquisição e são amortizadas durante o tempo médio de vida útil estimado (Equipamento básico - viaturas para o transporte de passageiros desagregadas em componentes) e/ou pela vida útil esperada e/ou residual das respectivas imobilizações.

As reparações/ manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente bem como as adições e/ou os melhoramentos que não são activos fixos tangíveis, mas integrem custos ocorridos no exercício, referentes a anos seguintes são contabilizadas e reconhecidas no período compreendido entre duas reparações, na rubrica de custos diferidos, sendo a parte correspondente a cada um dos exercícios registada na demonstração de resultados, respeitando-se assim o princípio do acréscimo e/ou da especialização dos exercícios.

As reparações / manutenção periódica, preventiva e preditiva, custos de assistência diária, são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos.

Para desenvolvimento da sua actividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a SG. tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua actividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da SG destas viaturas para fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional, no ramo dos transportes, não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado activo inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor no residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve reflectir os fluxos de caixa esperados, actualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A SG considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a SG entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um activo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual.

Em 2010, por aplicação da NCRF nº. 7, procedeu à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Em 2011, também tendo como base uma análise realizada internamente, foram revistas as vidas úteis das viaturas tendo-se verificado que não existe diferenças significativas que levássemos a efectuar qualquer alteração.

Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes activos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos
Edifícios e outras construções	3 a 10
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas eq cobrança e controlo	3
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis dos bens, método de depreciação e valor residual, quando aplicável, vão ser revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Direitos de concessão

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 13 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como activos intangíveis, pelo facto de não existir um mercado activo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não passível de ser quantificável.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável, o qual difere do resultado contabilístico da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas, à data de balanço, no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, somente, quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias, subjacentes, aos activos por impostos diferidos, no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de activos, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento, lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados,

sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a activos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a activos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do Governo tomar a forma de transferência de um activo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do activo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o activo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o activo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo não condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio do Governo se torna recebível.

Os subsídios do Governo condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como

rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Activos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar-se provável que um ex fluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se tornar-se virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respectivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber relativa à prestação de serviços das carreiras interurbanas e serviços de aluguer e turismo.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da prestação da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 18 de Março de 2013 data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 31.

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses activos.

Um activo que se qualifica é um activo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um activo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o activo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período não sendo capitalizados mesmo que directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de

diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projecções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

Subsídios à exploração/ Indemnização compensatória

Os subsídios atribuídos pelo Governo regional da Madeira, de acordo com o protocolo em vigor, embora não recebidos mas com uma certeza razoável de que o vão ser, são reconhecidos, por estimativa, como rendimentos do período de forma a balancear com os gastos que supostamente vão compensar.

Ainda de acordo com o mesmo protocolo o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, que contribuem com os elementos necessários ao seu apuramento.

Complementarmente, de acordo com o novo protocolo, assinado em 02/11/2012, além do acima referido, fixou o valor máximo a pagar.

Vidas úteis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos activos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte colectivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização, em 2011 foram revistas as vidas úteis, não encontrando diferenças relevantes que levasse a qualquer correcção.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam susceptíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

A 31 de Dezembro de 2012 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Caixa	1.000,00	1.000,00
Depósitos à ordem		
Barclays Bank PLC	446,03	1.048,18
Montepio	23,33	591,38
Banco Espírito Santo	36.815,57	29.027,66
Banif	2.191,12	367,04
Caixa Geral de Depositos	29.264,01	5.388,28
Millenium BCP	985,38	6.261,24
Santander Totta	0,00	79,23
	70.725,44	43.763,01

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não alterou qualquer política contabilística.

6 Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	3,95	3,95
Edifícios e outras construções	9.729,26	9.729,26
Equipamento básico	11.179.704,56	11.606.117,13
Equipamento administrativo	39.200,07	39.200,07
Outros activos fixos tangíveis	4.389,69	4.389,69
	11.233.027,53	11.659.440,10
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	492.646,47	-138.221,59
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-11.133.070,39	-10.994.848,80
Perdas por imparidade do período	0,00	0,00
Perdas por imparidade de períodos anteriores	0,00	0,00
	-10.640.423,92	-11.133.070,39
Valor líquido contabilístico	592.603,61	526.369,71

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis, durante o ano 2012, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Ver. / Imparidade	Abates	Activos class. como detidos p/ venda	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	3,95						3,95
Edifícios e outras construções	9.729,26						9.729,26
Equipamento básico	11.606.117,13	227.320,78		-653.733,35			11.179.704,56
Equipamento de transporte	0,00						0,00
Equipamento administrativo	39.200,07						39.200,07
Equipamentos biológicos	0,00						0,00
Outros activos fixos tangíveis	4.389,69						4.389,69
Adiantamentos por conta de investimentos	0,00						0,00
	11.659.440,10	227.320,78		-653.733,35			11.233.027,53
Depreciação acumulada e imparidade							
Terrenos e recursos naturais	-3,95						-3,95
Edifícios e outras construções	-9.729,26						-9.729,26
Equipamento básico	-11.082.082,32	-154.449,01				647.095,48	-10.589.435,85
Equipamento de transporte	0,00						0,00
Equipamento administrativo	-36.865,17						-36.865,17
Equipamentos biológicos	0,00						0,00
Outros activos fixos tangíveis	-4.389,69						-4.389,69
	-11.133.070,39	-154.449,01	0,00	0,00	0,00	647.095,48	-10.640.423,92
Total	526.369,71						592.603,61

As variações ocorridas no período correspondem a reparações efectuadas em vários componentes de substituição das viaturas da empresa e que deram lugar aos respectivos abates.

7 Acionistas/sócios

O valor desta rubrica no montante de 400.395,90 euros (2011: 399.066,55 euros) refere-se a um valor a receber da casa-mãe, referente à venda de títulos de transporte associados à prestação de serviços, interurbano, realizado pela Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.

Não tem qualquer variação de relevo, são liquidadas ou recebidas de acordo com as disponibilidades de tesouraria.

8 Outros activos financeiros

A SG em 2011 tinha registado nas suas contas obrigações do BPSM no montante 247.812,84 euros. Neste exercício procedeu á sua alienação, tendo sido apurada uma perda no valor de 21 mil euros.

9 Impostos sobre o rendimento

A Empresa regista nas suas contas o efeito fiscal, decorrente das diferenças temporárias, que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal. O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

A SG não tem imposto corrente a pagar, atendendo que o seu resultado é negativo e não tem tributações autónomas sobre gastos incorridos no exercício.

A SG não reconheceu impostos diferidos activos, dado que não espera lucros tributáveis futuros, contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos passivos, referem-se a subsídios ao investimento e que neste exercício não têm qualquer significado, 136,45 euros.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

Data limite de reporte	31-12-2012	31-12-2011
2011		1.314.628,16
2012		
2013	110.420,31	110.420,31
2014	406.974,99	406.974,99
2015	235.481,93	235.481,93
2016	404.612,01	
	1.157.489,24	2.067.505,39

A Empresa não reconheceu os seguintes impostos diferidos activos:

Descrição	31-12-2012		31-12-2011	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Prejuízos fiscais 2005		0,00	1.314.628,16	328.657,04
Prejuízos fiscais 2006	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos fiscais 2007	110.420,31	27.605,08	110.420,31	27.605,08
Prejuízos fiscais 2008	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos fiscais 2009	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos fiscais 2010	406.974,99	101.743,75	406.974,99	101.743,75
Prejuízos fiscais 2011	235.481,93	58.870,48	235.481,93	58.870,48
Prejuízos fiscais 2012	404.612,01	101.153,00		0,00
	1.157.489,24	289.372,31	2.067.505,39	516.876,35

Para além dos prejuízos fiscais, que gerem impostos diferidos, não existem outras diferenças temporárias relevantes a serem divulgadas.

10 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	797.244,39	716.805,30
Serviços de turismo		
Serviços de transporte interurbano		
Empresas associadas	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00
	797.244,39	716.805,30
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	-41.043,95	-30.081,90
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-212.880,01	-182.798,11
	-253.923,96	-212.880,01
Valor líquido contabilístico	543.320,43	503.925,29

Os valores apresentados não têm variações de relevo, inclui dívidas de escolas, entidades públicas ou destas dependentes, com alguma antiguidade, que aguardamos o seu pagamento logo que disponibilizado pelo GRM, Secretaria do Plano e Finanças.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Serviços de turismo	211.253,01	48.891,77	8.216,82	251.927,96
Serviços de transporte interurbano	1.627,00	469,00	100,00	1.996,00
	212.880,01	49.360,77	8.316,82	253.923,96

A principal variação respeita ao ajustamentos de clientes e à reversão por liquidação da dívida por parte do cliente Zapveloz.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 180 dias	Entre 180 e 365 dias	Entre 365 e 730 dias	Mais de 730 dias
Clientes gerais	280.624,61	123.449,95	214.915,18	178.254,65
	280.624,61	123.449,95	214.915,18	178.254,65

A antiguidade de saldos mais expressivos é de clientes, do serviço do sector de turismo, que deixaram de efectuar serviços e pagamentos, seguindo-se, como atrás já referido as Escolas, Entidades públicas ou com estas relacionadas.

11 Estado e outros entes público

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Activo		
Imposto sobre o rendimento	31.007,55	33.292,14
IVA a recuperar	98.278,88	15.050,67
IVA reembolsos pedidos	150.000,00	180.000,00
Outros impostos		
Sutotal	279.286,43	228.342,81
Imparidades	-30.558,24	-30.558,60
	248.728,19	197.784,21
Passivo		
Retenções de imposto sobre o rendimento	7.659,00	9.428,77
Contribuições para a Segurança Social	34.120,78	33.028,99
Outras tributações		
	41.779,78	42.457,76

A SG realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta, os quais ascendem a 31 de Dezembro de 2012 a 30.558,24 euros. Em face da reduzida expectativa de recuperabilidade dos mesmos, a Empresa registou uma perda por imparidade no mesmo montante. Neste período registou-se um ajustamento de 8.050,67 euros, tendo revertido o montante de 8.051,03 euros.

12 Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Outros devedores	729.702,03	32.363,29
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.516.624,41	1.574.021,50
	2.246.326,44	1.606.384,79
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	-194.049,37	-187,33
Imparidade de períodos anteriores	-26.001,87	-25.814,54
	-220.051,24	-26.001,87
Valor líquido contabilístico	2.026.275,20	1.580.382,92

As principais variações dos saldos apresentados são:

O aumento verificado em outros devedores, refere-se essencialmente à Indemnização Compensatória do ano de 2012 e já recebida em 2013;

O saldo da rubrica, devedores por acréscimos de rendimentos, é também referente a Indemnizações Compensatórias mas dos exercícios de 2010 e 2011. Estes valores vão ser facturados e recebidos por duodécimos até o final de 2016, por este facto foi efectuado ajustamentos no montante de 190 mil euros relativo ao desconto desta dívida.

13 Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Activo		
<i>Gastos a reconhecer</i>		
Seguros	46.636,26	9.312,47
Outros		1.017,60
	46.636,26	10.330,07
Passivo		
<i>Rendimentos a reconhecer</i>		
Passes	-48.571,18	-53.694,18
Outros		
	-48.571,18	-53.694,18

No que concerne a gastos a reconhecer o aumento corresponde ao seguro de responsabilidade civil de passageiros. A conta de rendimentos a reconhecer, Passes, regista o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em Janeiro de 2013, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de Dezembro de 2012.

14 Capital realizado

O capital social de 5.000.000 euros, representado por 1.000.000 acções ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2012.

O Capital Próprio, tal qual no ano anterior, encontra-se abaixo de 50% do valor do seu Capital Social, situação que nos termos do art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais, implica a informação do CA, propondo à Assembleia Geral que devem ser tomadas medidas tendentes à reposição do valor dos capitais próprios para níveis adequados.

15 Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Em 31/12/2012 totalizava 55.884 euros.

16 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo, do exercício anterior, no montante de 272.174,63 euros.

17 Outras variações no capital próprio

A variação ocorrida no período está associada ao reconhecimento do subsídio ao investimento - subsídio aos sistemas de Bilhética e Apoio à Exploração, cujo proveito reconhecido no período foi de 682,23 euros, o imposto diferido associado àquele montante foi de 136,45 euros.

18 Financiamentos obtidos

Esta rubrica de Financiamentos obtidos, regista somente um empréstimo solicitado à Caixa Geral de Depósitos, no montante de 458.985,94 euros. Este empréstimo vencia-se em 13/01/2012 e foi prorrogado para 13/01/2013.

19 Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Não corrente		
Clientes		
Fornecedores de investimentos		
Credores por acréscimos de gastos		
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores		
Pessoal		
Corrente		
Fornecedores de investimentos	222.889,79	
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e Subsídio de Férias	130.863,33	152.348,19
Outros credores por acréscimos de gastos	28.822,47	16.678,44
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores	208.094,05	105.712,80
Pessoal	4.500,00	4.337,01
	595.169,64	279.076,44

As variações mais significativas são como segue:

Nos fornecedores de investimento, refere-se á aquisição dos serviços de reparação e substituição de órgãos em viaturas e em dívida à empresa Mãe - Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A, no valor de 223 mil euros;

Nos outros credores, refere-se praticamente à Empresa - Mãe Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A.,

20 Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Fornecedores c/c		
Gerais	136.388,15	67.310,41
Empresa-mãe	1.362.766,89	664.274,65
Facturas em recepção e conferência		
	1.499.155,04	731.585,06

As principais variações dos saldos apresentados são como segue:

Nos Fornecedores gerais referem-se a valores de curto prazo e derivado da sua actividade operacional

Nos Fornecedores Empresa – Mãe, Horários do Funchal Transportes Públicos S.A. e refere-se aos fornecimentos, essencialmente, de gasóleo e serviços de manutenção/ reparação de viaturas.

21 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Serviços prestados		
Bilhetes	1.259.275,23	1.266.132,48
Vinhetas e passes	1.234.387,14	1.133.068,00
Turismo	1.081.893,89	1.226.133,03
	3.575.556,26	3.625.333,51

As principais variações dos saldos apresentados são como segue:

Na prestação de serviços total em 50 mil euros que representa menos 1,37% em relação ao ano anterior;

Os bilhetes registam uma diminuição nas quantidades em cerca de 90 mil títulos e uma redução no valor em 7 mil euros, que representa menos 0,54% que no exercício anterior;

Nos passes verifica-se também uma redução de 1.200 títulos mas um aumento em valor de 100 mil euros, mais 8,91% que em 2011;

O aumento médio do tarifário foi de 15%;

No serviço de turismo verificou-se uma redução de 144 mil euros, essencialmente explicada pelo decréscimo nos circuitos tabelados 27 mil euros, representando menos 3% que o ano anterior e de 104 mil euros nos outros serviços, menos 27%. Estas variações refletem bem as quebras da procura já anteriormente referido.

Estas variações refletem bem as quebras da procura já anteriormente referido.

22 Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Indemnização compensatória	660.729,92	785.146,50
Outros	375,00	300,00
	661.104,92	785.446,50

A indemnização compensatória do ano de 2011, de acordo com o protocolo em vigor nessa data, foi estimada em 785 mil euros e neste exercício de acordo com o protocolo assinado em 22/11/2012 e já prevista no PAEF da RAM, foi reduzida em cerca de 54 mil euros, os quais foram refletidos na rubrica outros gastos e perdas (nota 26).

Em 2012 foi estimada em 815 mil euros e que de acordo com a mesma legislação, foi reduzida em 154 mil euros.

No referido protocolo, as indemnizações compensatórias foram fixadas com um valor máximo a pagar em cada um dos anos, ainda expressa que se após o apuramento final da Indemnização Compensatória, resultar um valor inferior ao montante máximo fixado, o subsídio será reduzido nesse mesmo montante.

23 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Subcontratos	71.577,44	46.120,63
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	36.105,77	20.544,26
Publicidade e propaganda	1.919,40	684,85
Vigilância e segurança		
Honorários		
Comissões	34.517,01	31.669,42
Conservação e reparação	1.256.304,66	1.242.058,01
Outros		
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		
Livros e documentação técnica		
Material de escritório	8.478,50	4.456,00
Artigos para oferta		
Outros	522,90	601,93
Energia e fluidos:		
Electricidade	979,59	1.063,02
Combustíveis	1.182.443,18	1.200.173,40
Água	6.023,37	6.238,70
Outros fluidos		
Outros		
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	256,22	195,75
Transportes de pessoal		
Transportes de mercadorias		
Outros		
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	162.060,00	162.060,00
Comunicação	11.215,00	12.199,68
Seguros	184.355,10	183.791,52
Royalties		
Contencioso e notariado	658,50	458,30
Despesas de representação		78,00
Limpeza, higiene e conforto	5.740,36	5.750,70
Outros serviços	10.180,47	11.377,06
	2.973.337,47	2.929.521,23

As variações mais significativas registaram-se nas seguintes rubricas:

No total desta rubrica, fornecimentos e serviços externos, em 44 mil euros mais 1,5% que no ano anterior;

Nos subcontratos em mais 25 mil euros e referem-se essencialmente a cedências de funcionários da Empresa-Mãe, HF;

Os trabalhos especializados sobem em cerca de 16 mil euros, sendo a mais relevante referente alteração de software da bilhética em 20 mil euros;

Aumento na conservação e reparação em 14 mil euros, no entanto releva-se o aumento em 46 mil euros em reparações de viaturas e reduções nos serviços de lavagem em 23 mil euros, não sendo relevante as restantes rubricas;

Uma redução no gasóleo em 18 mil euros. A variação do gasóleo deve-se à redução do número de Km percorridos que resultou numa diminuição do número de litros consumidos em cerca de 86 mil litros.

Nas outras rubricas nada de relevo a registar.

24 Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Remunerações dos órgãos sociais	36.633,12	36.033,12
Remunerações do pessoal	1.122.957,62	1.297.665,42
Outros benefícios		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	242.169,85	280.809,57
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	16.501,86	19.232,94
Gastos de acção social		
Outros gastos com o pessoal	3.080,00	1.630,00
	1.421.342,45	1.635.371,05

No total da rubrica, gastos com o pessoal, em 214 mil euros, menos 13,09% que no ano anterior.

As remunerações expressas na rubrica remunerações dos órgãos sociais são atribuídas à empresa mãe, Horários do Funchal, pelo desempenho de cargos sociais dos seus membros do conselho de Administração na SG.

Nas remunerações do pessoal verificou-se uma redução em 175 mil euros desdobradas pelas rubricas mais significativas de remunerações base em 22 mil euros, nas ajudas de custo em 21 mil euros, no subsídio de natal em 60 mil euros, no subsídio de férias em 13 mil euros e nas horas extras em 52 mil euros.

Resultante das diminuições acima referidas resultou também numa redução dos respectivos encargos em 38 mil euros.

Distribuição do pessoal em 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Órgãos sociais		
Directores/Chefias superiores		
Quadros superiores		
Quadros médios		
Chefias intermédias	1	1
Profissionais altamente qualificados	1	1
Profissionais semi-qualificados	62	67
Contratados a prazo	7	7
	71	76

25 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Rendimentos suplementares	9.048,28	9.478,67
Outros	24.849,65	114.188,66
	33.897,93	123.667,33

A redução nos outros rendimentos e ganhos, no valor de 90 mil euros, refere-se essencialmente à indemnização compensatória do ano de 2010 corrigida em 2011, sem reflexos neste exercício.

26 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Impostos		
Descontos de pronto pagamento concedidos	2.046,73	3.861,06
Dívidas incobráveis	625,00	
Perdas em inventários	741,71	
Restantes activos financeiros		
Investimentos não financeiros	6.637,87	17.621,77
Outros	90.552,07	5.279,72
Outros Juros	1.781,58	
	102.384,96	26.762,55

As variações mais significativas registaram-se nas seguintes rubricas:

No total dos gastos e perdas mais 76 mil euros;

Os descontos de pronto pagamento referem-se a incentivos dados pontualmente, aos nossos clientes, de forma a antecipar o recebimento de contas de clientes ainda não vencidas;

Nos investimentos não financeiros, o valor de 17 mil euros, no ano de 2011 é referente aos abates de órgãos de substituição de viaturas e neste exercício pelas mesmas razões 7 mil euros;

Nos outros, refere-se essencialmente á redução da Indemnização compensatória do ano de 2011 no montante de 54 mil euros e em perdas em instrumentos financeiros, obrigações do BCP em 21 mil euros.

27 Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Gastos		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	154.449,01	138.221,59
Activos intangíveis		
Reversões		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
	154.449,01	138.221,59

O aumento nos gastos de depreciação e amortização em 16 mil euros, é essencialmente pela adição de órgãos de substituição nas viaturas.

28 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de Juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Juros suportados	33.078,50	24.114,65
Outros gastos e perdas	2.829,58	5.729,88
	35.908,08	29.844,53

Os valores deste exercício resultam essencialmente ao empréstimo existente na Caixa Geral de Depósitos em 6 mil euros, mais 20,3% que no ano anterior, refere-se à alteração da taxa de juro, mais precisamente o spread, aquando da prorrogação do seu vencimento.

29 Divulgações de partes relacionadas

A SG é detida a 100% pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos S.A.

Não foram atribuídas quaisquer remunerações ao pessoal - chave da gestão além de senhas de presença ao Presidente e Secretário da Assembleia Geral no montante de 600 euros.

Foi atribuído à empresa – mãe uma remuneração no montante de 35.433euros a título de desempenho de cargos sociais dos seus órgãos de gestão.

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Vendas e prestações de serviço		
Empresa-mãe	459,90	2.664,00
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias		
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
Gastos		
Empresa-mãe	-2.907.973,98	-2.953.068,46
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias		
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
	-2.907.514,08	-2.950.404,46

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Activos		
Empresa-mãe	400.395,90	399.066,55
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias		
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
Passivos		
Empresa-mãe	-1.794.039,31	-750.754,44
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias		
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
	-1.393.643,41	-351.687,89

30 Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos susceptíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da Empresa, com a excepção da atribuição do subsídio de férias ao pessoal da empresa, referente ao ano de 2012, a pagar em 2013. O subsídio tinha sido cortado pela Lei do Orçamento da Republica para 2013.

A estimativa do subsidio é no montante de 54 mil euros.

A decisão de atribuição do Subsídio férias já foi tomada após o encerramento das contas da SG, por este facto está a ser aqui divulgada.

31 Outras informações

31.1 Empréstimos e Garantias Bancárias

Empréstimos:

Banco	Data do Contrato		Montante contratado	Em dívida 31-12-2012	Finalidade	Garantias
	Início	Vencimento				
CGD	20-07-2010	13-01-2013	918.985,94	458.985,94	I comp/2008	Livrança e c. conforto GRM
Total			918.985,94	458.985,94		

Como é possível observar a SG tinha um único empréstimo com data de vencimento a 13/01/2013 no valor de 458.985,94 euros e com a responsabilidade de uma livrança no mesmo montante. À presente data o referido empréstimo já se encontra liquidado.

31.2 Anexo ao relatório do conselho de administração

**Anexo ao relatório do conselho de administração
a que se refere o nº. 5 do Artº. 447º. do (C.S.C.) Código das sociedades
comerciais**

ORGÃOS SOCIAIS (Artº. 447º.,nº. 1 do C.S.C)	Nº. ACÇÕES EM 31/12/11	Nº. ACÇÕES EM 31/12/12
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL João Heliodoro da Silva Dantas António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves João Alcindo de Freitas António José Jardim Faria		
FISCAL ÚNICO KPMG & Associados S.R.O.C., SA Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. n.º 632		

ACCIONISTAS (Artº. 447º., nº. 2, alínea d) do C.S.C.)	Nº. ACÇÕES EM 31/12/11	Nº. ACÇÕES EM 31/12/12
Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A.	1.000.000	1.000.000

Informação a que se refere o nº. 4 do Artigo 448º. do C.S.C.


Os accionistas abaixo indicados detinham em 31 de Dezembro de 2012
a seguinte posição

ACCIONISTAS	Nº. ACÇÕES	%
Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A.	1.000.000	100

O Técnico de Contas



A Administração





**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Península
Praça do Bom Sucesso, 127/131
7º Andar – Sala 701
4150-146 Porto
Portugal

Telefone: +351 22 010 23 00
Fax: +351 22 010 23 12
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 3.930.697 euros e um total de capital próprio de 1.287.012 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 657.850 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

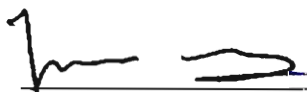
- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que, à semelhança do verificado em períodos anteriores, à data de 31 de Dezembro de 2012 encontra-se perdido mais de metade do capital social da Empresa, consequência dos sucessivos resultados líquidos negativos registados, tendo o Conselho de Administração efectuado os procedimentos descritos no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, sobre os quais relata no relatório de gestão. Pese embora o Conselho de Administração proponha aos accionistas da Empresa a reposição do valor do capital próprio a um nível adequado, o equilíbrio da actividade operacional e dos resultados dos períodos futuros da Empresa encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual terá que ser enquadrada no Plano de Ajustamento Financeiro da Região Autónoma da Madeira, aprovado em 27 de Janeiro de 2012, que define que esta, na qualidade de principal accionista da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., e indirectamente detentora da totalidade do capital da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., deveria proceder à privatização da Empresa, facto que não ocorreu em 2012.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, a qual depende do suporte financeiro dos accionistas, do sucesso futuro das suas operações e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos, não incluindo qualquer ajustamento caso se venha a constatar que esta base não foi a apropriada.

Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Porto, 19 de Abril de 2013



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Península
Praça do Bom Sucesso, 127/131
7º Andar – Sala 701
4150-146 Porto
Portugal

Telefone: +351 22 010 23 00
Fax: +351 22 010 23 12
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Sociedade, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, com uma ênfase, decorrente do exame realizado.

Tal como mencionado na ênfase da Certificação Legal das Contas, gostaríamos de salientar de novo que as demonstrações financeiras da Empresa continuam a evidenciar uma situação patrimonial deficitária pelo que, nos termos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, os Accionistas devem ser informados em Assembleia Geral da presente situação para que possam decidir sobre as medidas que considerem convenientes e de forma a serem cumpridas as prerrogativas definidas no referido artigo o mais brevemente possível.

Do Administrador Único e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a) As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b) As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade delibere sobre:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Porto, 19 de Abril de 2013

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC nº 632)